

Metade dos imóveis irregulares

Vitória possui cerca de 40 mil imóveis sem a documentação que garanta sua posse ao morador

DÓRIO VICTOR

Grande parte dos imóveis residenciais do município de Vitória estão irregulares. Atualmente, cerca de 40 mil moradores dessas residências não possuem a documentação necessária que garanta a posse. Os imóveis irregulares representam cerca de 49% do total de residências da Capital, que é de 83 mil.

Segundo a secretária municipal de Habitação, Sandra Carvalho de Berredo, esses imóveis geralmente estão localizados em loteamentos irregulares, áreas de risco ou em áreas de proteção ambiental.

“É um número realmente significativo de imóveis que estão em situação irregular na Capital. Muitos moradores, por não terem condições de regularizarem suas casas ou por medo de perderem suas propriedades, acabam não procurando os cartórios para ter a garantia de posse de seu imóvel”, disse.

Sandra explicou que muitos desses imóveis irregulares estão localizados em terrenos de marinha, em regiões como Bento Ferreira, Ilha de Monte Belo, Ense-

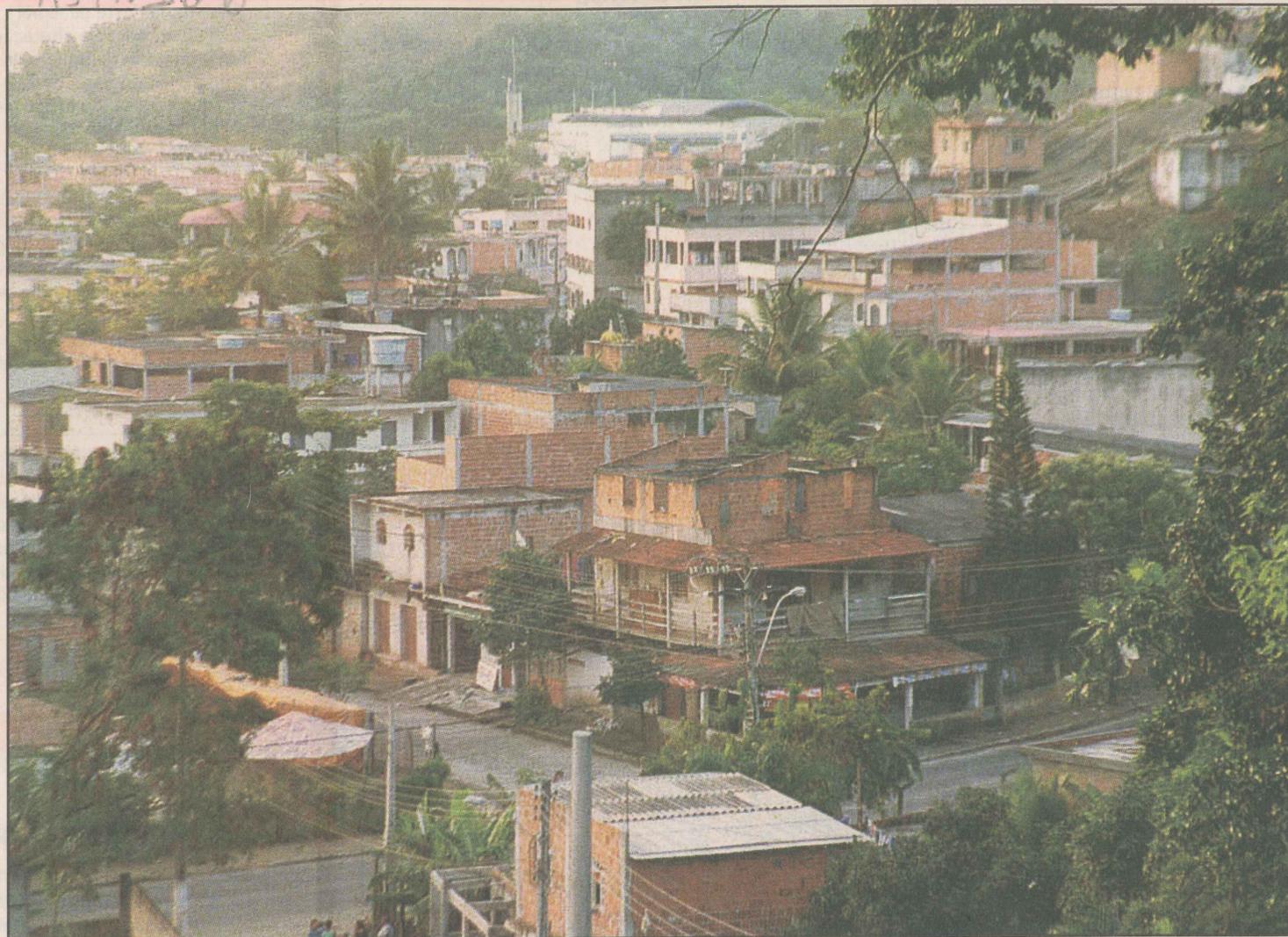
ção de uma região.

“A nova atualização do PDU vai criar instrumentos que gerarão renda aos cofres do município, que poderá aplicar na regularização fundiária de outras regiões. O PDU também dividiu o município em zonas e, dessa forma, será muito mais fácil agir”, disse.

Normas

Criado novo código de postura

A Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) regulamentou ontem a Lei nº 6.080, que cria o Código de Postura e Atividades Urbanas. O código tem como objetivo organizar o meio urbano e a preservação da sua identidade por meio de normas, que vão desde questões relativas a calçadas à realização de eventos. Segundo a subsecretária de Controles Urbanos, Ana Maria Braga Mendes, o novo código pretende trazer melhorias na qualidade de vida dos moradores da Capital.



Gabriel Lordêllo

Chance

O bairro de Nova Palestina será beneficiado pelo Programa de Regularização Fundiária, que faz parte do Projeto Terra e que pretende acertar a situação das residências da Capital

Ilha de Monte Belo, Enseada do Suá, Ilha de Santa Maria e Esplanada Capixaba.

Regularização

Para tentar amenizar esse quadro, a prefeitura criou o Programa de Regularização Fundiária, que estipula instrumentos para viabilizar a regularização das residências. O programa faz parte do Projeto Terra e tem como objetivo a legalização da posse das moradias inseridas em áreas ocupadas irregularmente.

O programa atuará inicialmente nas poligonais 11 (Andorinhas, Santa Marta e Joana D'arc), 8 (Santo Antônio) 5 (Jesus de Nazaré) e 1 (Gurigica), além da região da Nova Palestina. A intenção regularizar quatro mil residências até o final do ano.

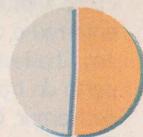
Regiões

Segundo a secretária Sandra Berredo, as outras regiões que possuem imóveis regulares serão contempladas com outros projetos. A verba para viabilizá-los virá de outros instrumentos, que estarão incluídos no novo Plano Diretor Urbano (PDU), como a outorga onerosa, por exemplo, que prevê uma taxa extra para os empreendimentos que forem construídos no limite do índice de constru-



Fique por dentro

Confira o Raio-X dos imóveis irregulares na Capital



Aproximadamente **49%** dos imóveis da Capital estão irregulares.

Cerca de **40 mil** imóveis, de um total de **83 mil** residências do município, não possuem nenhum documento que garanta a posse do imóvel aos proprietários



Alternativa

Para tentar resolver o problema, a prefeitura criou o programa de Regularização Fundiária. O programa tem como objetivo regularizar até o final do ano cerca de **4mil** imóveis

Beneficiados

Os bairros que estão sendo contemplados pelo programa são:



Fonte: Secretaria de Habitação de Vitória

Gilson/A Gazeta/Ed. de Arte

Cariacica quer rever PDU para evitar saída de indústrias

Enquanto Vitória revisa o Plano Diretor Urbano (PDU) junto às comunidades, Cariacica já mandou um projeto Câmara de Vereadores. Ele foi elaborado nos últimos 18 meses e tem o objetivo principal de evitar a saída de indústrias do município, que vem acontecendo ao longo dos últimos 15 anos.

O documento inicial foi produzido em um ano por técnicos da prefeitura e de uma empresa de consultoria, além de ser avaliado pelas comunidades em março e abril deste ano, em cinco audiências públicas e dois seminários. Algumas das principais propostas, como a criação da zona comercial de Campo Grande, surgiram dessas consultas.

O PDU foi concebido junto do planejamento estratégico do município, que foi concluído em dezembro, e tenta dar garantias de ocupação do solo a quem quer investir na cidade. Na década de 1960, Cariacica era a principal referência para construção de

áreas industriais do Estado.

Pela nova proposta, a zona industrial seria estabelecida na região próxima à Rodovia do Contorno, que teria determinação de ocupação distinta das zonas comercial e residenciais. Para cada uma dessas zonas, um modelo de assentamento específico foi elaborado e servirá de referência para as próximas construções ou alterações de estabelecimentos residenciais, industriais e comerciais.

Comércio

“Nosso último PDU é de 1971 e já não atendia às nossas necessidades. Por isso, perdemos muitos investimentos nos últimos anos para outros municípios da Grande Vitória, que têm elaborado esse projeto há mais tempo. Precisávamos dar garantias a quem quer investir na cidade”, afirmou a secretária Municipal de Planejamento, Terezinha Lemos.

Pelo novo PDU, além da criação da zona industrial

no entorno da Rodovia do Contorno, foram estabelecidas zonas comerciais, como todo o bairro Campo Grande, que concentra a maioria dos estabelecimentos comerciais da região.

“Na Avenida Expedito Garcia, novos supermercados e lojas poderão ter, no máximo, 75% de terreno ocupado, com coeficiente de aproveitamento de até seis vezes o tamanho do terreno. Em casos como esse, não ficou definido um número máximo de andares. Também há a definição de números de vagas para garagem”, afirmou a secretária.

Outras regiões que sofrem com enchentes, como a maior parte de Jardim América, vão obrigar os novos empreendimentos a não serem totalmente cobertos para facilitar o escoamento da água, que será facilitado pelo novo projeto de esgotamento sanitário, previsto para ser entregue ainda neste semestre.